

Livro Vermelho

dos Vertebrados de Portugal



Instituto da Conservação da Natureza

Instituto da Conservação da Natureza

Livro Vermelho

dos Vertebrados de Portugal

Peixes Dulciaquícolas e Migradores, Anfíbios, Répteis, Aves e Mamíferos

Livro Vermelho

dos Vertebrados de Portugal

Peixes Dulciaquícolas e Migradores, Anfíbios, Répteis, Aves e Mamíferos

Instituto da Conservação da Natureza
2005

Para efeitos bibliográficos a presente obra deve citar-se da seguinte forma:

Livro Vermelho

Cabral MJ (coord.), Almeida J, Almeida PR, Dellinger T, Ferrand de Almeida N, Oliveira ME, Palmeirim JM, Queiroz AI, Rogado L & Santos-Reis M (eds.) (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa. ???? pp.

Citação de espécies (Peixes)

Rogado L (coord.), Alexandrino P, Almeida PR, Alves J, Bochechas J, Cortes R, Domingos I, Filipe F, Madeira J, Magalhães F (2005). *Anaecypris hispanica* Saramugo Pp - in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral MJ et al. (eds.)). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

Citação de espécies (Anfíbios)

Oliveira ME (coord.), Brito JC, Dellinger T, Ferrand de Almeida N, Loureiro A, Martins HR, Pargana J, Paulo OS, Rito P, Teixeira J (2005). *Chioglossa lusitanica* Salamandra-lusitanica Pp - in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral MJ et al. (eds.)). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

Citação de espécies (Répteis)

Oliveira ME (coord.), Brito JC, Dellinger T, Ferrand de Almeida N, Loureiro A, Martins HR, Pargana J, Paulo OS, Rito P, Teixeira J (2005). *Lacerta monticola* Lagartixa-da-montanha Pp - in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral MJ et al. (eds.)). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

Citação de espécies (Aves)

Almeida J (coord.), Catry P, Encarnação V, Franco C, Granadeiro JP, Lopes R, Moreira F, Oliveira P, Onofre N, Pacheco C, Pinto M, Pitta Groz MJ, Ramos J, Silva L (2005). *Sterna albifrons* Chilreta Pp - in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral MJ et al. (eds.)). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

Citação de espécies (Mamíferos)

Queiroz AI (coord.), Alves PC, Barroso I, Beja P, Fernandes M, Freitas L, Mathias ML, Mira A, Palmeirim JM, Prieto R, Rainho A, Rodrigues L, Santos-Reis M, Sequeira M (2005). *Canis lupus* Lobo Pp - in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral MJ et al. (eds.)). Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

Ilustrações Marcos Oliveira

Concepção gráfica e maquetação Tânia Salsinha

Ano XXXX

ISBN XXX-XXXX-XX-X

Depósito Legal XXXXXXXX

Impresso por Guide - Artes Gráficas, Lda

Tiragem XXXX exemplares



Este trabalho foi co-financiado pelo ICN e pela União Europeia, através do Programa Operacional do Ambiente (candidatura 1.1/00021 – Documentos Estruturantes de Conservação da Natureza e da Biodiversidade).

Ficha técnica

Comissão de editores **Coordenação:** Maria João Cabral
Ana Isabel Queiroz
Jorge Palmeirim
Júlia Almeida
Leonor Rogado
Margarida Santos-Reis
Maria Elisa Oliveira
Nuno Ferrand de Almeida
Pedro Raposo de Almeida
Thomas Dellinger

Peixes Dulciaquícolas e Migradores

Grupo de autores **Coordenação:** Leonor Rogado
Filipa Filipe
Filomena Magalhães
Isabel Domingos
Jorge Bochechas
José Madeira
Judite Alves
Paulo Alexandrino
Pedro Raposo de Almeida
Rui Cortes

Colaboradores Amílcar Teixeira, Anabel Perdices, Ana Cristina Cardoso, António Albuquerque, António Espejo Hermosa, Benigno Elvira, Bernardo Quintella, Carla Santos, Carlos Carrapato, Carlos Pacheco; Filipe Ribeiro, Helena Alcobia, Helena Flor de Lima, Hélio Figueiredo, Hugo Gante, Joana Robalo, João Bernardo, João Gomes, José Lino Costa, Luís da Costa, Luís de Ambrosio, Luís Reis, Manuel José Biscoito, Maria José Costa, Maria Manuela Coelho, Natacha Mesquita, Nuno Andrade, Patrícia Tiago, Paulo Sousa, Pedro Santos, Ricardo Beldade, Rute Espanhol, Samantha Jane Hughes, Teresa Ferreira, Teresa Rafael, Tiago Marques, Vítor Almada.

Anfíbios e Répteis

Grupo de autores **Coordenação:** Maria Elisa Oliveira
Armando Loureiro
Helen Rost Martins
João Pargana
José Carlos Brito
José Teixeira
Nuno Ferrand de Almeida
Octávio Paulo
Paula Rito
Thomas Dellinger

Colaboradores Eduardo G. Crespo, Fernando Sequeira, Miguel Carretero, Paulo Sá-Sousa, Pedro Segurado, Rui Rebelo, Udo Szychwarzer.

Aves

Grupo de autores **Coordenação:** Júlia Almeida
Carlos Pacheco
Cláudia Franco

Francisco Moreira
Jaime Ramos
José Pedro Granadeiro
Luís Silva
Márcia Pinto
Maria José Pitta Groz
Nuno Onofre
Paulo Catry
Paulo Oliveira
Ricardo Jorge Lopes
Vítor Encarnação

Colaboradores Alberto Cavaco, Ana Berliner, Ana Paula Cordeiro, António Monteiro, David Gonçalves, Dília Menezes, Domingos Leitão, Eduardo Pombal, Elsa Fernandes, Fernando Romão, Gonçalo Elias, Helder Costa, Inês Catry, Inês Moreira, Isamberto Silva, João Claro, João Ministro, João Nunes, João Petronilho, Joel Sousa, Jorge Ferreira, Júlio Neto, Luís Costa, Luís Gordinho, Luís Miguel Moreira, Luís Palma, Luís Reino, Lurdes Morais, Lurdes Santarém, Manuel Pereira, Manuela Nunes, Maria Jesus Fernandes, Mário Cordeiro, Michael Armelin, Miguel Caldeira Pais, Miguel Pimenta, Nuno Miguel Lecoq, Paulo Marques, Paulo Tenreiro, Pedro Cardia, Pedro Geraldés, Pedro Monteiro, Pedro Portela, Peter Rock, Raul Serra Guedes, Ricardo Guerreiro, Rui Brito, Rui Rufino, Sérgio Pedrosa, Sérgio Ribeiro, Vítor Casalinho.

Mamíferos

Grupo de autores **Coordenação:** Ana Isabel Queiroz
Ana Rainho
António Mira
Inês Barroso
Jorge Palmeirim
Luís Freitas
Luísa Rodrigues
Margarida Fernandes
Margarida Santos-Reis
Maria da Luz Mathias
Marina Sequeira
Paulo Célio Alves
Pedro Beja
Rui Prieto

Colaboradores Alberto Ferreira, Carla Barrinha, Carla Marisa Quaresma, Carlos Fernandes, Carlos Fonseca, Carmen Bessa-Gomes, Catarina Ferreira, Clara Grilo, Eduardo Bastos, Felipe Vitorino Lopes, Filipa Loureiro, Francisco Álvares, Francisco Petrucci-Fonseca, Gisela Moço, Gonçalo Costa, Helena Rio-Maior, Henrique Carvalho, Hugo Miguel Matos, Iris Pereira, João Correia, Joaquim Pedro Ferreira, José Fonseca Borges, José Luís Rosa, José Nascimento, José Nogueira, Luís Miguel Moreira, Luís Miguel Rosalino, Luís Palma, Maria da Graça Ramalinho, Maria João Santos, Nuno Miguel Pedroso, Sara Roque, Teresa Sales-Luís, Virgínia Pimenta.

Apoio à coordenação

Maria João Ramos

Secretariado

Manuela Martins

Agradecimentos

Os autores expressam os seus sinceros agradecimentos a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que fosse possível a concretização deste Livro.

Índice

Prefácio

1. Introdução

Avaliação de espécies

Risco de extinção e prioridades de conservação

Orgânica e funcionamento do projecto

2. Metodologia

2.1. Definições

Categorias

Critérios

Termos e conceitos

2.2. Procedimentos

Âmbito de avaliação

Programa RAMAS® Red List (versão 2.0)

Métodos de cálculo

Adaptação à escala regional

2.3. Sistemática e nomes vulgares

2.4. Informação de base

3. Análise dos resultados

3.1. Análise global

3.2. Análise por grupos taxonómicos

3.2.1. Peixes

Entidades avaliadas

Resultados

Adaptação regional

Categorias

Critérios

Factores de ameaça

Medidas de conservação

Lacunas de conhecimento

3.2.2. Anfíbios

Entidades avaliadas

Resultados

Adaptação regional

Categorias

Critérios

Factores de ameaça

Medidas de conservação

Lacunas de conhecimento

3.2.3. Répteis

Entidades avaliadas

Resultados

Adaptação regional

Categorias

Critérios

Factores de ameaça

Medidas de conservação

Lacunas de conhecimento

3.2.4. Aves

Entidades avaliadas

Resultados

Adaptação regional

Categorias

Critérios

Factores de ameaça

Medidas de conservação

Lacunas de conhecimento

3.2.5. Mamíferos

Entidades avaliadas

Resultados

Adaptação regional

Categorias

Critérios

Factores de ameaça

Medidas de conservação

Lacunas de conhecimentos

4. Fichas de caracterização

Peixes

Anfíbios

Répteis

Aves

Mamíferos

5. Síntese

5.1. Tabela de espécies

Peixes

Anfíbios

Répteis

Aves

Mamíferos

5.2. Informação por grupos taxonómicos

5.2.1. Peixes

Alterações à lista de espécies dos Livros Vermelhos anteriores

Espécies extintas

Espécies não-indígenas

5.2.2. Anfíbios

Alterações à lista de espécies dos Livros Vermelhos anteriores

Espécies não-indígenas

5.2.3. Répteis

Alterações à lista de espécies dos Livros Vermelhos anteriores

Espécies não-indígenas

5.2.4. Aves

Alterações à lista de espécies dos Livros Vermelhos anteriores

Espécies extintas

Espécies não-indígenas

5.2.5. Mamíferos

Alterações à lista de espécies dos Livros Vermelhos anteriores

Espécies extintas

Espécies não-indígenas

Bibliografia

Geral

Peixes

Anfíbios

Répteis

Aves

Mamíferos

Índice Remissivo de espécies

Lista de contactos: Editores e Autores

Prefácio

A União Mundial para a Conservação (IUCN) é uma associação internacional de membros governamentais e não governamentais que se destina fundamentalmente a influenciar as sociedades mundiais a conservarem a integridade e a diversidade da natureza, assegurando a utilização dos recursos naturais de forma equitativa e ecologicamente sustentada.

De entre os seus grupos de trabalho, com mandatos definidos pela Assembleia Geral Ordinária do Congresso Mundial, a “Species Survival Commission” tem por finalidade prevenir a extinção das espécies, preservando as suas populações selvagens nos *habitats* naturais. As informações sobre o estatuto de conservação constituíram um trabalho vital, desenvolvido nos primeiros Livros Vermelhos.

O objectivo fundamental consistiu na recolha, sob a forma de fichas, dos dados relativos às ameaças que pesavam sobre os *taxa*, tendo em vista o desenvolvimento de programas de conservação ou de reabilitação. Estabeleceram-se as categorias de ameaça (IUCN): Em Perigo (E), Vulnerável (V), Raro (R), Fora de perigo (O); Indeterminado (I). Cada ficha incluía ainda dados sobre a distribuição, a população, o *habitat*, medidas de conservação tomadas e propostas.

O primeiro volume do Livro Vermelho (IUCN) – Mamíferos foi publicado em 1966 e revisto em 1972, Volume I, a que se seguiram o Volume II – Mamíferos (1973), o Volume III – Aves (1975) e o Volume IV – Anfíbios e Répteis (1978).

Utilizando esta metodologia surgiram entretanto várias iniciativas a nível nacional. Neste contexto, em 1986 realizou-se em Toledo (Espanha), um seminário de zoólogos de vertebrados onde se produziu a Lista Vermelha dos Vertebrados de Espanha, reflectindo o estado de conservação das es-

pécies espanholas. Para além dos *taxa* mencionados anteriormente, foram igualmente analisados os peixes dulciaquícolas e estuarinos e incluídas duas outras categorias, Extinto (Ex) e Insuficientemente Conhecido (K).

Em Portugal, este processo de elaboração dos Livros Vermelhos, com ligeiras modificações, foi adoptado pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), antecessor do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), a quem por força da respectiva lei orgânica, cabia a elaboração de Livros Vermelhos das espécies portuguesas, incluindo Continente, Açores e Madeira. Em 1987 iniciaram-se os contactos com as diversas instituições científicas do país para a elaboração do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

O trabalho, orientado pelo grupo de coordenadores que dinamizou a actividade dos redactores, abordou os seguintes grupos zoológicos: Anfíbios, Répteis (incluindo os marinhos), Aves e Mamíferos (terrestres e marinhos). Após várias sessões preparatórias, a reunião final teve lugar no Parque Nacional da Peneda-Gerês (20 e 25 de Novembro de 1988). Para as espécies com estatuto de ameaça foi elaborada a respectiva ficha, com indicação relativa ao carácter, à distribuição, à abundância, à tendência populacional, aos factores de ameaça, às medidas de conservação e comentários julgados relevantes.

A escolha do PNPG para a reunião final do primeiro Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, pode considerar-se, se me é permitida a expressão, o retorno a um dos marcos da conservação da natureza no nosso país, valorizada recentemente (1999) pelo início da recolonização deste Parque Nacional pela cabra-brava, aí extinta e em Portugal, nos finais do século XIX. O valioso património natural daquela Área Protegida originou, a partir de 1971, linhas de investigação diversas, nas quais participei com colegas

dos Serviços Florestais, do SNPRCN e da Faculdade de Ciências de Lisboa. Em 1973 foram aí dados os primeiros passos do Projecto de Conservação do Lobo (nº 1245 da Species Survival Commission, UICN) alargado posteriormente ao estudo de presas domésticas e selvagens. Decorreram ainda trabalhos sobre répteis, anfíbios e outra fauna dulciaquícola, hábitos alimentares de predadores e estudos sobre a avifauna.

Publicou-se em 1990 o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal – vol. I Mamíferos, Aves, Répteis e Anfíbios. O vol. II – Peixes Dulciaquícolas e Migradores – viu a estampa em 1991 e o vol. III – Peixes Marinhos e Migradores – foi publicado em 1993. Nos dois últimos volumes foi ainda incluída uma categoria de ameaça “Comercialmente Ameaçado (CT)” relativa a espécies objecto de sobreexploração comercial.

Os critérios utilizados na elaboração das Listas e Livros Vermelhos tiveram por base o conhecimento de dados de campo e não incluíam, regra geral, estudos das populações a longo termo. A atribuição de um dado estatuto fundamentava-se na opinião de peritos, baseada tantas vezes em informação fragmentada, sem recurso a dados quantitativos.

As deficiências de conhecimento, que cedo se identificaram nas Listas e Livros Vermelhos, proporcionaram amplas reflexões e estudos adequados, iniciados no final dos anos 80, tendo em vista a revisão daqueles documentos. Assim, importa referir o novo sistema de avaliação e classificação de espécies ameaçadas da IUCN (Versão 3.1) e as recomendações elaboradas para a sua aplicação, que são as balizas do presente Livro Vermelho.

Desde a década de 90 o conhecimento das espécies acentuou-se, tendo sido elaborados vários atlas de distribuição e procedido à monitorização e estudos ecológicos e etológicos das espécies. Destaca-se, contudo, a maior complexidade da tarefa de classificação das espécies à luz do actual

sistema, não só no que respeita à recolha e tratamento da informação científica actualizada, geralmente dispersa, como também à interpretação e aplicação dos novos critérios e conceitos.

O novo sistema de classificação permite medir o risco de extinção das espécies e utiliza conceitos como os de extensão de ocorrência, área de ocupação, localização, fragmentação elevada, declínio continuado, sumidouro entre outros, definidos no Capítulo 2 – Metodologia.

Os trabalhos relativos à presente revisão tiveram início em 2001, com a constituição da Comissão de Editores e dos Grupos de Autores, englobando peritos de reconhecido mérito na problemática da conservação dos vertebrados.

A esta iniciativa do ICN, respondeu a comunidade científica portuguesa de uma forma notável que não pode deixar de ser destacada, contribuindo assim para que o presente Livro reflecta o mais sólido conhecimento existente no país sobre as espécies abordadas.

Esta primeira revisão do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal vai constituir certamente um marco na problemática da Conservação da Natureza no nosso País tal como foi, sem modéstia, o primeiro Livro. De facto a situação crescente de ameaça, existente em Portugal como no resto do mundo, bem patente na diversidade de pressões exercidas actualmente sobre as espécies e seus *habitats*, faz com que a sua conservação se tenha transformado num difícil e constante desafio. Uma obra desta natureza assume assim um papel cada vez mais relevante no apoio à tomada de decisão.

Expresso, pois, um merecido elogio a todos quantos colaboraram na presente obra.

Carlos Magalhães
Biólogo (ICN)

1. Introdução

1. Introdução

Os Livros Vermelhos têm sido reconhecidos, pelas entidades responsáveis pela conservação da natureza, as organizações não-governamentais, a comunidade científica e os decisores de projectos com incidência no ordenamento e gestão do território, como elementos de consulta e instrumento de apoio à tomada de decisão de inegável utilidade. Neles se indica o estatuto de ameaça das espécies selvagens, de acordo com critérios quantitativos para avaliar níveis de risco de extinção e, ainda, informação sobre as populações, causas de ameaça e medidas de conservação.

Estes são documentos em permanente actualização, reflectindo cada edição o melhor conhecimento científico disponível, e a sua elaboração deve ser considerada como uma tarefa de interesse público e mobilizadora de todos os que disponham de informação relevante e actualizada para a avaliação do estatuto das diferentes espécies.

Um Livro Vermelho é ainda uma chamada de atenção e uma tomada de consciência perante a diminuição da diversidade biológica à escala global. Desde 1500, registou-se a extinção de 92 espécies de peixes, 5 de anfíbios, 22 de répteis, 131 de aves e 87 de mamíferos (Hylton-Taylor 2000).

Regularmente, a União Mundial para a Conservação (IUCN) actualiza e alarga a avaliação do risco de extinção à escala mundial a um ainda maior número de espécies. Assim, de acordo com o exercício realizado em 2004 (IUCN 2004a) verifica-se o seguinte: para os mamíferos, a avaliação revela 23% de espécies ameaçadas, correspondente a 20% do total das espécies conhecidas; nas aves, a avaliação perfaz a quase totalidade das espécies conhecidas e atinge os 12% de espécies ameaçadas; os répteis avaliados apresentam uma percentagem muito elevada de espécies ameaçadas (61%), muito embora esta percentagem corresponda apenas a 4% do total das espécies conhecidas; os anfíbios ameaçados são cerca de 31% das

espécies conhecidas; nos peixes, grupo cuja proporção de avaliações está muito aquém das espécies conhecidas, os resultados revelam 46% de ameaçadas, correspondentes a 3% do total de espécies conhecidas.

Nesta edição são listadas as espécies de peixes dulciaquícolas e migradores, anfíbios, répteis, aves e mamíferos que ocorrem em Portugal. Mas este é sobretudo o livro das espécies ameaçadas que enfrentam risco de extinção e a que, por isso, foram atribuídas as categorias de “Vulnerável”, “Em Perigo” ou “Criticamente em Perigo”; é também o livro de algumas espécies às quais foi atribuída a categoria de “Quase Ameaçado” e ainda daquelas com “Informação Insuficiente” sobre a sua distribuição, requisitos de habitat, dimensão ou tendência populacional (entre outros aspectos) o que impediu a avaliação do risco de extinção.

Atribuído um estatuto, identificam-se ainda os factores de ameaça, devendo estes ser entendidos como os fenómenos ou processos que sendo contínuos, esporádicos ou recorrentes, localizados ou generalizados, afectam as populações ou alteram a estrutura ou o funcionamento dos sistemas naturais em que elas se integram, de um modo que afecta a sua reprodução ou mesmo sobrevivência. Estes factores são alterações das características físicas, químicas ou biológicas dos habitats das espécies ou acções que causam mortalidade intencional ou acidental ou, ainda, a redução do sucesso reprodutor das espécies.

Com esta edição, alcançou-se uma meta no processo de avaliação da fauna de vertebrados de Portugal, remetendo-se para uma segunda etapa a avaliação das espécies de peixes marinhos e estuarinos.

Tendo a clara noção da efemeridade da avaliação do risco de extinção suportada pelas condições e conhecimentos de um momento, espera-se que o Livro Vermelho seja um documento periodicamente actualizado.

Finalmente, é elevada a expectativa de todos os que participaram na sua elaboração, de que este venha a contribuir decisivamente para um reforço da conservação das espécies ameaçadas em Portugal.

Avaliação de espécies

A necessidade de inventariar as espécies ameaçadas surgiu com o despontar do movimento conservacionista. Em 1959, a IUCN criou um sistema de

compilação de informação que veio a sustentar uma série de Livros Vermelhos à escala global, publicados entre 1962 e 1978 (anfíbios, répteis, aves e mamíferos, e obras posteriores desenvolvidas à escala nacional e regional (Burton 2001). No entanto, o sistema de categorias, que mostrou potencialidades durante anos, revelou também algumas insuficiências na hierarquização do grau de ameaça que têm feito perigar a biodiversidade de forma crescente. Os conhecimentos científicos que se aprofundavam permitiam avaliações mais quantitativas dos parâmetros populacionais e da área de distribuição, assim como também se evidenciavam tendências de regressão ou de crescimento. Por tudo isto, em 1990 foram sugeridos novos critérios para a classificação das espécies ameaçadas (Mace & Lande 1991).

Depois de um longo período de correcções e ajustamentos, que a IUCN estima ter envolvido cerca de 800 especialistas, foram definidas as categorias e critérios que, a partir de Janeiro de 2001, deverão estar na base de todas as avaliações à escala global (versão 3.1: IUCN 2001). Foram então enunciados os objectivos específicos dos novos critérios e categorias:

- criar um sistema que possa ser utilizado de forma coerente por diversas pessoas/entidades;
- aumentar a objectividade, oferecendo aos utilizadores uma orientação sobre a forma como devem avaliar os diferentes factores que conduzem ao risco de extinção;
- obter um sistema que facilite comparações entre *taxa* de forma muito ampla;
- proporcionar aos utilizadores das listas de espécies ameaçadas uma melhor compreensão sobre as razões da classificação proposta.

No entanto, tendo estes critérios sido definidos para classificar as espécies a uma escala global, tornava-se necessário avançar mais um passo para que em cada continente, ou em cada país ou região, as espécies não endémicas dessa área pudessem ser avaliadas correctamente. Foi assim desenvolvido um sistema de adaptação à escala regional (IUCN 2003).

Portugal contava com uma avaliação das espécies de vertebrados que datava do início da década de 1990 (SNPRCN 1990, 1991, ICN 1993). Em mais de 10 anos o conhecimento sobre as espécies aprofundou-se. Entidades oficiais tutelares da conservação da natureza, instituições de investiga-

ção científica e organizações não governamentais cuja área de actuação é a conservação da natureza, desenvolveram atlas de distribuição, programas de monitorização e estudos de ecologia e comportamento, constituindo os resultados destes documentos um apoio à avaliação da situação das espécies. Ao mesmo tempo, registaram-se alterações nas condições ecológicas, económicas e sócio-culturais (em sentidos diversos e com consequências, em muitos casos, ainda por determinar) e foram implementadas medidas de conservação. Exigia-se, assim, rever e actualizar os Livros Vermelhos publicados em Portugal.

A iniciativa que agora se apresenta partiu do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) – entidade cuja competência de elaborar inventários e listas de espécies ameaçadas para registo nos Livros Vermelhos lhe é atribuída pelo Decreto-Lei nº 193/93 de 24 de Maio – e congregou investigadores e técnicos de conservação da natureza provenientes de instituições do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Os conceitos recentemente definidos pela IUCN desencadearam viva discussão, e as dúvidas sobre a aplicação dos critérios foram resolvidas através de um acerto interactivo entre os diferentes participantes neste processo de revisão e um apoio que aquela instituição manteve operante. A vasta literatura da especialidade entretanto produzida, da qual os mais conceituados jornais científicos fizeram eco (*e.g.* Mace & Collar 1994, Colyvan *et al.* 1999, Gärdenfors 2001, Gärdenfors *et al.* 2001), constituiu um apoio fundamental ao desenvolvimento deste trabalho.

Risco de extinção e prioridades de conservação

A avaliação do risco de extinção distingue-se do processo de definição de prioridades de conservação. Se as categorias de ameaça decorrem de uma avaliação de base biológica e ecológica, exprimindo a probabilidade de as espécies se extinguirem num determinado período, as prioridades de conservação atendem também a condições de carácter económico, sócio-cultural, político e logístico incluindo, nomeadamente, a probabilidade de sucesso de uma acção de conservação, a viabilidade orçamental ou o valor simbólico da espécie.

Para o estabelecimento de prioridades de conservação deve atender-se não só às condições presentes no território nacional mas também ao estatuto do *taxon* atribuído à escala global. Por esta razão, a IUCN recomenda

que os Livros Vermelhos nacionais incluam para cada *taxon* informação sobre: a categoria nacional, a categoria à escala global e ainda a proporção da população global que ocorre no território nacional (IUCN 2003). Juntamente com outro tipo de informação, estes dados constituem um importante contributo para a definição das prioridades de conservação a qual deverá ser, no entanto, remetida para outro âmbito.

Chama-se assim a atenção dos utilizadores do Livro Vermelho para o facto deste não indicar prioridades de conservação a nível nacional. Uma interpretação errónea a este respeito pode resultar numa contradição com a legislação em vigor. De facto, se o estatuto de ameaça atribuído a uma espécie não lhe confere obrigatoriamente um estatuto de protecção legal, este último nem sempre reflecte proporcional e coerentemente o seu risco de extinção. Por outro lado, sendo o estatuto de ameaça um dos critérios para incluir espécies em anexos de Directivas e Convenções Internacionais, a protecção legal ao nível internacional é também consequência de uma decisão ponderada de diversos países, nos quais cada espécie pode apresentar diferentes riscos de extinção.

É ainda de realçar que para os *taxa* listados como Não Avaliado (NE) ou Informação Insuficiente (DD), e particularmente para estes últimos, recomenda-se uma atitude de precaução, isto é, que lhes seja dado o mesmo grau de atenção que é atribuído aos *taxa* ameaçados, pelo menos até o seu estatuto ser determinado.

Orgânica e funcionamento do projecto

O projecto teve início em 2001, para os anfíbios, répteis, aves e mamíferos, e em 2002 para os peixes dulciaquícolas e migradores. O exercício de classificação das espécies foi concluído no final de 2004.

A equipa do projecto foi composta por uma Comissão de Editores, por quatro Grupos de Autores (coordenados pelo ICN) e por Colaboradores.

A Comissão de Editores teve como principal atribuição a coordenação global e a validação do trabalho realizado, incluindo a aferição do mesmo em termos de qualidade, coerência e harmonização entre os diversos grupos. Competiu-lhe ainda a definição do programa de trabalho, a constituição dos Grupos de Autores, a orientação nas metodologias a seguir, a preparação de documentação de apoio específica para este projecto, a adopção e

tradução de documentos elaborados pela IUCN e ainda a organização de reuniões técnicas.

Os Grupos de Autores (para Peixes, Anfíbios/Répteis, Aves e Mamíferos), tiveram como função principal a recolha e tratamento da informação científica disponível, a elaboração de listas taxonómicas de referência e a avaliação do estatuto das espécies face aos critérios estabelecidos, assim como a identificação de alguns estudos a realizar no âmbito deste projecto.

Os Colaboradores executaram alguns dos estudos específicos ou forneceram informações relevantes e deste modo foram envolvidos no processo de avaliação das espécies.

Para além das reuniões regulares da Comissão de Editores e dos Grupos de Autores, foram organizados três seminários técnicos, tendo um deles contado com a participação de um representante da IUCN, com o objectivo de promover um debate alargado sobre a interpretação e aplicação dos vários conceitos em causa e uniformizar os procedimentos metodológicos.

O projecto de revisão do Livro Vermelho foi apresentado em Novembro de 2002 em Leiden (Holanda), no seminário “Harmonisation of National Red Lists in Europe” (Rogado 2003). Os resultados preliminares da avaliação estiveram disponíveis para consulta pública a partir de Maio de 2004 (<http://www.icn.pt>).

Sob a responsabilidade editorial da Comissão de Editores, a autoria das avaliações de Peixes, Anfíbios, Répteis, Aves e Mamíferos, e as consequentes fichas por espécie (Cap. 4), foram conjunta e solidariamente assumidas por cada um dos respectivos Grupos de Autores.